

Josiane Carine Wedig<sup>1</sup>  
João Daniel Dorneles Ramos<sup>2</sup>

## **RESISTÊNCIAS CAMPONESAS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutorando com bolsa Jacques Gutwirth, CAPES/PPGAS/UFRGS.

## RESUMO

Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre a situação pandêmica e as resistências camponesas para enfrentá-la. Inicialmente, abordamos questões sobre o Antropoceno/Capitaloceno/Plantationoceno e como esse modelo está estreitamente atrelado à colonialidade, constitutiva da modernidade eurocentrada. O sistema mundo colonial moderno estabeleceu processos de usurpação da terra e a transformação dela em mercadoria. Como contraposição a esse processo, aportamos neste texto as lutas pela terra, realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que, no contexto atual, foram reforçadas por ações de solidariedade, efetivadas pelas(os) seus integrantes junto a diferentes coletivos por intermédio da doação de alimentos e de outros produtos da terra. Consideramos que as ciências sociais e humanas têm um papel importante para a visibilidade dessas formas de resistência que coletivos do campo, das águas e das florestas, evocam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resistências camponesas; *Plantations*; Covid-19.

## INTRODUÇÃO

*É impossível curar as pessoas e suas enfermidades se não tratarmos as enfermidades e males que a sociedade tem praticado contra a terra, as pessoas e a natureza (Djacira Araújo, 2020).*

A situação de pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em março de 2020, nos coloca diante de uma série de reflexões sobre a nossa sociedade na era do Antropoceno/Capitaloceno/Plantationoceno (HARAWAY, 2016), cujo modelo começou a se impor no século XVI por meio do colonialismo/capitalismo (QUIJANO, 2005). Segundo Bruno Latour (1994), a modernidade produziu classificações, hierarquias e dicotomias entre sociedade e natureza, humanos e não humanos, racional e irracional, selvagens e civilizados. Nessa separação, foi introduzida a exploração sem limites do que foi definido como “recursos naturais”, levando-nos a uma situação de catástrofes ecológicas imensuráveis.

Propomos pensar a pandemia atual levando em conta o processo histórico de implantação da modernidade eurocentrada, baseada nas *plantations*, marcadas pela propriedade privada da terra, pelo extermínio dos povos ameríndios e pela escravização de povos africanos. Esse modelo provocou drásticas alterações sociais e ambientais e hoje nos mostra “que estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar nossa demanda” (KRENAK, 2019, p. 45). Portanto, é necessário que as ciências sociais e humanas, mais do que nunca, prestem atenção às formas de (r)existência que coletivos do campo, das águas e das florestas evocam.

## COLONIALISMO, *PLANTATIONS* E A DESTRUIÇÃO DOS POVOS DA TERRA

O sistema mundo colonial moderno (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005), que se estabeleceu a partir da “descoberta da América”, é constitutivo da modernidade e do capitalismo e produziu uma série de alterações nas relações dos povos com a terra. Impôs-se um padrão de poder centrado no homem ocidental, criando dicotomias hierárquicas de raça, gênero e classe (LUGONES, 2014). Nesse sentido, em períodos de pandemia, o que vemos é que “os corpos racializados e sexualizados são sempre os mais vulneráveis”, porque “mais vulnerabilizados pelas condições de vida que lhes são impostas socialmente pela discriminação racial ou sexual a que são sujeitos” e por viverem em espaços nos quais uma série de serviços públicos não chega (SANTOS, 2020, p. 26-27).

Os povos afetados pelo colonialismo foram perdendo o direito à terra e o de realizarem suas práticas de plantio, suas celebrações. Não obstante, o processo de usurpação da terra e a transformação dela em mercadoria também ocorreram na Europa, a partir do século XVII, onde as famílias camponesas foram expulsas

por meio dos cercamentos das terras, tornando-as mão de obra barata para a indústria nascente (STENGERS, 2017). Os saberes tradicionais dos camponeses do “velho e do novo mundo” foram considerados ineficazes para a lógica do mercado internacional de transformação dos alimentos em mercadorias (*commodities*). Consequentemente, a partir do saber científico dominante sobre a agricultura, cria-se uma monocultura mental – que faz desaparecer o espaço de alternativas locais – análoga às monoculturas de plantas –, que levam à destruição das biodiversidades (SHIVA, 2003).

As monoculturas, para Tsing (2015, p. 189), foram “o motor da expansão europeia”, pois “as chamadas *plantations* produziram a riqueza – e o *modus operandi* – que permitiu aos europeus dominarem o mundo”. Conforme a autora, as *plantations* são sistemas de plantio ordenado em que as plantas cultivadas são “exóticas” e o trabalho é “realizado à força por meio da escravidão”, mediante o ordenamento e o controle extremos, em que, por um lado, são produzidos lucros enormes e, de outro, misérias. Desse modo, nas *plantations* do agronegócio as plantas são coagidas a crescerem sem a interação multiespécie, os nutrientes locais são substituídos por fertilizantes obtidos pela mineração e em indústrias químicas, com suas trilhas de poluição e exploração (TSING, 2019).

Esse modelo de dominação e de produção tem se intensificado nos anos pós-Segunda Guerra Mundial, em que os produtos químicos de guerra foram transformados em insumos agrícolas e, assim, foi instituída a chamada Revolução Verde, instaurando o modelo da fábrica para a agricultura e para as florestas, a partir do investimento e do apoio técnico e financeiro de instituições internacionais e dos Estados. Dessa maneira, fomentou-se uma estratégia tecno-política, interligando a Ciência, a Indústria e o Estado, com o intuito de difundir “pacotes tecnológicos” padronizados para a agricultura. As grandes empresas multinacionais passaram a produzir e a comercializar sementes (híbridas e geneticamente modificadas) e insumos (fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas).

Conforme Krenak (2019, p. 9), a modernização jogou as pessoas do campo e da floresta para viver em favelas e periferias urbanas, para tornarem-se mão de obra industrial. Através desse processo, “as pessoas foram arrancadas de seus coletivos” e “de seus lugares de origem”. Pela adoção desse padrão de agricultura, foram gerados graves problemas sociais e ambientais, entre os quais podemos citar o êxodo rural, a concentração de terras nas mãos de poucos, o desmantelamento de comunidades rurais, a perda da biodiversidade, a ampliação das áreas desertificadas e a contaminação dos alimentos, gerando graves problemas de saúde (ZANONI, 2004).

Desse modo, a biotecnologia, associada às monoculturas, provoca a destruição da biodiversidade e oculta milênios de saberes agrícolas acumulados por diversos povos camponeses no mundo (SHIVA, 2003). Esse sistema agrícola e alimentar foi se ampliando, instituindo o domínio de grandes empresas agroa-

limentares, que formaram oligopólios – o que Van der Ploeg (2008) denominou como impérios alimentares –, que passaram a controlar a produção, o processamento e a distribuição de alimentos em âmbito mundial, impedindo a autonomia sobre esses processos pelas comunidades locais.

Para Donna Haraway (2016, p. 140), os efeitos da ação antrópica produziram enorme carga de produtos tóxicos, de ampla mineração, de esgotamento de lagos e rios, de poluição dos mares, de simplificação dos ecossistemas e de genocídios de pessoas e outros seres. Dessa maneira, “a maioria das reservas da terra foram drenadas, queimadas, esgotadas, envenenadas, exterminadas e [...] exauridas”. O Antropoceno é a “destruição de espaços-tempos de refúgio para as pessoas e os outros seres”, marcado pelo Plantationoceno, que consiste na transformação devastadora oriunda de fazendas de diversos tipos, baseada em plantações extrativas e no trabalho escravo. Esse modelo “prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura” e das imensas destruições “de florestas multiespecíficas” (HARAWAY, 2016, p. 144).

A esse modelo destrutivo, marcado pela extração, controle e acumulação de capital, os povos dos campos, das águas e das florestas têm resistido ao longo dos últimos 500 anos.

## **LUTA PELA TERRA, AGROECOLOGIA E SOLIDARIEDADE CAMPONESA**

O período da pandemia reforça a necessidade de olharmos para as situações de escandalosa concentração de riqueza, para as desigualdades sociais e para as catástrofes ecológicas produzidas pelo modelo de desenvolvimento moderno. Conforme Santos (2020), a quarentena torna mais visíveis a discriminação, a exclusão social e o sofrimento, visto que foi dada prioridade para a mercantilização da vida coletiva, marcada pela privatização dos bens sociais comuns, como saúde, educação, água, eletricidade, serviços de comunicação etc.

No Brasil essas desigualdades estão fortemente atreladas à intensa concentração de terras, que foi estabelecida com o colonialismo por meio da apropriação das terras indígenas (que sofreram e seguem sofrendo genocídio); à exploração de trabalhadores escravizados durante mais de três séculos e que, após a abolição, não tiveram nenhuma política de Estado para o acesso à terra; e à negligência do Estado com relação aos posseiros, ribeirinhos entre outros camponeses.

Inúmeras lutas de movimentos sociais camponeses marcam a história agrária do País, sendo o MST, um dos mais expressivos desde meados dos anos 1980, realizando lutas pelo acesso e permanência na terra para a produção de alimentos para o autoconsumo, troca e comercialização. Desde o ano 2000, esse

movimento tem assumido também a agroecologia como proposta de construção de outro modelo produtivo, opondo-se ao controle das transnacionais do agronegócio (GROSSI, 2017). A agroecologia é uma ciência que associa conhecimentos históricos dos povos do campo aos conhecimentos científicos. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem experienciado-a como forma de resignificação da vida, buscando construir relações de trabalho mais igualitárias e autônomas, diversificando a produção de alimentos para que possam abastecer as populações do campo e da cidade (ALMEIDA; SAUER, 2017).

Em tempos de pandemia, no momento em que grande parte da humanidade está isolada, os movimentos sociais camponeses, como o MST, têm discutido a necessidade da solidariedade entre campo e cidade, com ações de distribuição de alimentos para ocupações urbanas, bairros com trabalhadores informais e precarizados, acampamentos indígenas, entre outros, ou seja, para grupos que vivem em vulnerabilidades que precedem a pandemia e que se agravaram com ela.

Djacira Araújo (2020, s.p.) aponta que “as mutações virais estão relacionadas à manipulação biogenética e/ou a agressões e modificações ambientais decorrentes de um modelo de produção extrativista e capitalista que destrói a biodiversidade afetando as cadeias reprodutivas das espécies e o equilíbrio do ecossistema”. Conforme Shiva (2020, s.p.) “a ilusão de que a Terra e seus seres são matéria prima a serem exploradas visando o lucro está criando um mundo conectado pelo adoecimento”, utilizando grandes quantidades de agrotóxicos que provocam a degradação ecológica dos solos e das águas, destruindo os sistemas alimentares dos povos.

Uma das ações realizadas pelo MST, neste período, foi a doação de 500 toneladas de alimentos em diversas regiões do País, que são produzidos por essas/es camponesas/es e baseados em sistemas biodiversos. Desse modo, eles se contrapõem aos impérios alimentares, pautados na industrialização da agricultura, na manipulação genética de animais e plantas e na padronização, cujo acesso é apenas permitido para quem possa pagar. A despeito de uma série de acusações sofridas pelas famílias camponesas, como a de “invasores” de terra e os despejos que sofrem – realizados pela polícia e jagunços, a mando de latifundiários, empresários rurais e mesmo pelo Estado, por intermédio de seus governos – esses camponeses lutam pela terra (o que também ocorre entre os moradores das cidades que lutam por moradia, além dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais que lutam por seus territórios). Dessa forma, o período da pandemia traz à tona, com toda urgência, a necessidade da reforma agrária e urbana e da demarcação dos territórios desses povos.

Vemos que as ações do MST e de vários outros movimentos sociais, em atos de coragem, promovem outras experimentações de pensamento e de vida, formas potentes de resistência e (r)existência que demonstram a comunhão com a terra e a descolonização dos modos de vida.

**BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Fernanda Frade; SAUER, Sérgio. O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. **Revista Latino Americana de Estudios Rurales**. Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 64-95, 2017.

ARAÚJO, Djacira. Nossa luta e a crise: cuidar de nós, da vida das pessoas e da natureza!. **MST**, 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/24/nossa-luta-e-a-crise-cuidar-de-nos-da-vida-das-pessoas-e-da-natureza/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

GROSSI, Mônica. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 17-28, 2017.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

PLOEG, Jan D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. Ecological Reflections on the corona virus. **Jivad: the Vandana Shiva blog**. Disponível em: <<https://www.navdanya.org/bija-reflections/2020/03/18/ecological-reflections-on-the-corona-virus/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. **Caderno de Leituras**. n. 62, Belo Horizonte, 2017.

TSING, Anna Lowenhaupt. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ZANONI, Magda. A questão ambiental e o rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 101-110, 2004.